Propostas incluem sobretaxas sobre seguros e ações judiciais contra petrolíferas para custear danos e infraestrutura

- Os eventos climáticos extremos nos Estados Unidos estão levando governos estaduais a buscar soluções fora do padrão para financiar a reconstrução e lidar com a escalada dos custos de seguros no país.
- A combinação de desastres mais frequentes, prejuízos bilionários e aumento dos prêmios tem pressionado o sistema - e já começa a gerar respostas no campo regulatório e jurídico.

Quatro movimentos chamam atenção nos EUA

Hoje, quatro iniciativas se destacam nesse cenário:

- **Connecticut**: propõe uma sobretaxa direta sobre apólices de seguro ligadas à indústria de combustíveis fósseis
- **Califórnia, Havaí e Nova York**: seguem caminho judicial, buscando responsabilizar empresas petrolíferas pelos danos climáticos

A diferença é relevante:

- Connecticut atua diretamente no mercado de seguros
- outros estados tentam transferir custos por meio de ações judiciais

A proposta de Connecticut: sobretaxa sobre seguros

O estado de Connecticut propõe uma sobretaxa de **5% sobre apólices comerciais de propriedade e acidentes** relacionadas a empresas de combustíveis fósseis.

O objetivo é claro:

- financiar obras de infraestrutura
- reforçar a resiliência de cidades
- apoiar a população afetada por desastres

A medida surge como resposta a dois fatores combinados:

- aumento dos eventos climáticos extremos
- encarecimento dos seguros em regiões mais expostas

O argumento a favor: mais recursos para adaptação climática

Organizações focadas em resiliência climática apoiam a proposta.

Uma delas, a Rebuild by Design, aponta que:

- uma sobretaxa de **2%** em determinados seguros nos EUA poderia gerar até **US$ 287 bilhões**
- apenas em Connecticut, esse modelo poderia levantar cerca de **US$ 3,7 bilhões**

Na prática, seria um reforço significativo para obras de adaptação e prevenção.

O contexto ajuda a explicar a pressão:

- Connecticut registrou **11 desastres federais entre 2011 e 2024**
- recebeu cerca de **US$ 564 milhões** em ajuda para reconstrução

A tendência, segundo estudos, é de aumento tanto na frequência quanto no custo desses eventos.

O contraponto: impacto no consumidor e riscos jurídicos

Representantes do setor de seguros e energia fazem críticas importantes à proposta.

Entre os principais pontos:

- custo pode ser repassado ao consumidor
- aumento potencial nas tarifas de energia e serviços
- risco de judicialização

O argumento central é que: o custo do seguro tende a “viajar” pela cadeia econômica e chegar ao preço final pago pela população

Além disso, associações do setor alertam para possíveis questionamentos legais, como:

- violação de princípios constitucionais
- cobrança sobre riscos que não estão necessariamente localizados no estado

O pano de fundo político: saída do Acordo de Paris

O debate ocorre em um momento político sensível.

Os Estados Unidos, sob a presidência de Donald Trump, formalizaram em janeiro de 2026 a saída do Acordo de Paris pela segunda vez.

A decisão foi justificada com base em:

- impacto sobre a indústria de combustíveis fósseis
- custos energéticos para o país

O movimento reforça o contraste entre:

- políticas federais mais alinhadas ao setor energético
- iniciativas estaduais voltadas à adaptação climática

O que isso sinaliza para o mercado de seguros

O cenário americano mostra um ponto importante: o seguro está deixando de ser apenas instrumento de proteção e passando a integrar o financiamento da adaptação climática

Isso acontece porque:

- eventos extremos aumentam a sinistralidade
- prêmios sobem
- governos buscam novas fontes de recursos

Fonte: CNseg, em 27.04.2026